

A psicanálise como instrumento de autoconhecimento: dispositivos, obstáculos e limites

Psychoanalysis as an instrument of self-knowledge: devices, obstacles and limits

Humberto Pessoa de Araujo

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2024

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a psicanálise como instrumento de autoconhecimento, interrogando o que, nessa expressão corrente, a teoria freudiana autoriza e o que recusa. Sustenta-se que o conhecimento de si produzido pela análise não é ampliação da introspecção, mas operação de outra natureza: supõe que o sujeito não seja transparente a si mesmo e que o saber sobre o próprio funcionamento psíquico só se obtenha por vias indiretas, a partir de formações — sonhos, atos falhos, sintomas, repetições — que o eu não reconhece como suas. Reconstituem-se, a partir do corpus freudiano, os dispositivos técnicos que tornam esse saber acessível: a associação livre, a interpretação do sonho, a leitura dos atos falhos, o manejo da resistência e o da transferência. Argumenta-se que resistência e transferência, longe de serem obstáculos ao percurso, constituem seu material mais consequente, por tornarem presente na relação analítica aquilo que o relato não alcança. Discutem-se, por fim, os limites intrínsecos do empreendimento, tal como o próprio Freud os formulou em 1937: o autoconhecimento analítico é parcial, lento e sem termo garantido, e é precisamente essa finitude que o distingue das promessas de autotransparência que hoje circulam sob o mesmo nome.

Palavras-chave: psicanálise; autoconhecimento; inconsciente; transferência; resistência.

ABSTRACT

This article examines psychoanalysis as an instrument of self-knowledge, questioning what Freudian theory authorises and what it refuses in that common expression. It argues that the knowledge of oneself produced by analysis is not an extension of introspection but an operation of another nature: it presupposes that the subject is not transparent to himself and that knowledge about one's own psychic functioning can only be obtained indirectly, from formations — dreams, parapraxes, symptoms, repetitions — that the ego does not recognise as its own. Drawing on the Freudian corpus, the article reconstructs the technical devices that render such knowledge accessible: free association, dream interpretation, the reading of parapraxes, and the handling of resistance and transference. It is argued that resistance and transference, far from being obstacles to the process, constitute its most consequential material, since they bring into the analytic relationship what narrative cannot reach. Finally, the intrinsic limits of the enterprise are discussed as Freud himself formulated them in 1937: analytic self-knowledge is partial, slow and without guaranteed term, and it is precisely this finitude that distinguishes it from the promises of self-transparency now circulating under the same name.

Keywords: psychoanalysis; self-knowledge; unconscious; transference; resistance.

1 Introdução

A fórmula segundo a qual a psicanálise é um instrumento de autoconhecimento tornou-se de tal modo corrente que raramente se examina o que ela afirma. Ela aparece em apresentações de divulgação, em textos de formação e na justificativa que muitos pacientes oferecem para procurar análise. Sua evidência aparente, porém, é enganosa. A ex-

pressão reúne dois termos cuja compatibilidade não é óbvia: de um lado, uma prática que se constituiu a partir da hipótese de que o sujeito não dispõe de acesso direto ao essencial de seu próprio funcionamento psíquico; de outro, um ideal de conhecimento de si que atravessa a tradição filosófica ocidental desde a inscrição delfica e que supõe, ao menos tendencialmente, a possibilidade de uma coincidência entre quem conhece e o que é conhecido.

O problema não é retórico. Se o inconsciente é, como Freud (1915b) o define, um sistema cujos conteúdos só se tornam acessíveis à consciência mediante transformação, então o autoconhecimento analítico não pode consistir em olhar para dentro com mais atenção. Olhar para dentro é exatamente o que a consciência faz, e o que ela encontra é justamente aquilo que o recalque deixou passar. O saber que a análise produz tem outra procedência: vem de formações que o eu não reconhece como suas — o sonho que o surpreende, o lapso que o constrange, o sintoma que o incomoda, a repetição que ele atribui ao acaso ou aos outros.

Este artigo sustenta que a psicanálise constitui um instrumento privilegiado de autoconhecimento e propõe-se a examinar essa tese com o rigor conceitual que ela exige. Três movimentos organizam o percurso. O primeiro delimita o que distingue o conhecimento de si obtido em análise de outras formas de reflexão sobre a própria experiência. O segundo reconstitui os dispositivos técnicos pelos quais esse conhecimento se produz, mostrando que cada um opera sobre material distinto. O terceiro examina os dois fenômenos que a clínica apresenta primeiro como entraves e que a teoria veio a reconhecer como instrumentos: a resistência e a transferência.

Encerra-se com uma delimitação que o próprio Freud formulou ao final de sua obra: o autoconhecimento analítico é parcial, custoso e sem garantia de termo. Longe de enfraquecer a tese inicial, esse reconhecimento é o que a torna sustentável — uma prática que promettesse auto-transparência estaria prometendo aquilo que sua hipótese fundadora declara impossível.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários e sem pretensão de exaustividade bibliográfica. O procedimento consistiu em reconstituir, no corpus de referência, as formulações em que a questão do saber do sujeito sobre si mesmo é tratada de modo direto, e em articulá-las de ma-

neira a explicitar o que a prática analítica pode e o que não pode oferecer sob o título de autoconhecimento.

O corpus primário é constituído pelos textos freudianos em que os dispositivos técnicos e seus fundamentos recebem formulação sistemática: *A interpretação dos sonhos* (1900), *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901), os escritos técnicos de 1912 a 1915, os ensaios metapsicológicos de 1915, *O ego e o id* (1923), *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926) e os dois textos de 1937. O corpus secundário reúne obras de referência e desenvolvimentos pós-freudianos que incidem sobre o problema: a sistematização das defesas por Anna Freud (2006), Laplanche e Pontalis (2001), as formulações de Klein (1991) sobre identificação projetiva, a releitura lacaniana do sujeito do inconsciente (LACAN, 1988, 1998) e o espaço potencial winnicottiano (WINNICOTT, 1975).

O critério de inclusão foi duplo: tratamento direto do problema do acesso do sujeito ao próprio funcionamento psíquico, e pertencimento ao núcleo conceitual estabelecido da tradição psicanalítica, verificável em obras de referência. Excluíram-se textos de divulgação, literatura de autoajuda que se apropria do vocabulário psicanalítico sem seu aparato conceitual, e trabalhos cuja referência à psicanálise seja meramente ilustrativa. As edições utilizadas são as brasileiras de circulação consolidada, indicando-se entre parênteses o ano da publicação original.

3 O autoconhecimento como problema, não como meta

3.1 A insuficiência da introspecção

A tradição filosófica que antecede a psicanálise supôs, com variações consideráveis, que o sujeito mantém com seus próprios estados mentais uma relação privilegiada: ele pode não conhecer o mundo, mas conhece o que se passa em si. Essa suposição é exatamente o que a clínica das neuroses pôs em xeque. O que Freud encontrou em seus primeiros atendimentos não foi dificuldade de observação, mas impossibilidade estrutural: pacientes que descreviam com precisão seus sintomas e que não dispunham de nenhum acesso à sua determinação.

A hipótese do inconsciente é a resposta a essa impossibilidade, e seu estatuto é inferencial antes de ser substancial. O argumento de 1915 não parte de uma intuição sobre profundezas da alma: parte da constatação de que os dados da consciência são lacunares e de que essas lacunas só se tornam inteligíveis se postularmos processos psíquicos que não são conscientes mas que produzem efeitos observáveis (FREUD, 1915b). O inconsciente freudiano

não é, portanto, o conjunto do que momentaneamente escapa à atenção — isso Freud nomeia pré-consciente, e sua recuperação é trivial. É um sistema regido por processo primário, sem contradição, sem negação e sem tempo, cujos conteúdos foram ativamente mantidos à distância da consciência.

Decorre daí a consequência que organiza toda a discussão subsequente: se o recalque é ativo, a resistência a conhecê-lo é parte do que há para conhecer. Nenhum esforço de atenção dissolve uma operação defensiva, porque é ela que impede o esforço de atenção de alcançar seu objeto. O autoconhecimento analítico exige, assim, um deslocamento de método: ler os produtos do aparelho psíquico em vez de interrogar sua instância consciente.

3.2 Do saber sobre si ao saber não sabido

A segunda tópica introduz uma complicação suplementar. Ao formular a divisão entre eu, isso e supereu, Freud (1923) estabelece que parte considerável do próprio eu — a instância que se supõe conhecedora — opera fora da consciência. As defesas não são escolhidas; são exercidas sem que o sujeito saiba que as exerce. O eu, escreve Freud, não é senhor em sua própria casa, e a formulação é mais radical do que o aforismo deixa supor: não se trata de o eu partilhar a casa com um hóspede estranho, mas de o próprio eu ser, em parte, esse estranho.

A sistematização de Anna Freud (2006) tornou essa tese operacional ao descrever os mecanismos pelos quais o eu se protege — recalque, projeção, formação reativa, isolamento, anulação, racionalização — e ao mostrar que cada um deixa marca reconhecível no discurso e na conduta. Seu interesse clínico é oferecer pontos de entrada: não se interpreta o conteúdo recalcado, interpreta-se o modo de sua ausência.

Esse é o sentido preciso em que cabe falar, na psicanálise, de um saber não sabido. O sujeito sabe, no registro em que seu sintoma é a forma desse saber; o que lhe falta é poder reconhecer esse saber como seu. Lacan (1998) extrairá dessa constatação a tese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e de que o trabalho analítico consiste menos em revelar conteúdos ocultos do que em permitir que o sujeito advenha no lugar de onde fala sem saber. O ponto comum é que o autoconhecimento analítico supõe uma mudança de posição do sujeito diante do próprio dizer, e não um acréscimo de informação sobre si.

4 Os dispositivos técnicos e o material que produzem

4.1 A associação livre e a suspensão do juízo

A regra fundamental — dizer tudo o que ocorrer, sem seleção, sem considerar se é pertinente, lógico, interessante ou aceitável — é o dispositivo técnico mais simples e mais exigente da psicanálise. Sua eficácia repousa num pressuposto: se o encadeamento consciente é suspenso, outro encadeamento se manifesta. O que surge nas lacunas da lógica argumentativa não é desordem, mas ordem de outra natureza, regida pelas leis do processo primário.

A regra é, em sentido estrito, inexecutável, e essa inexecutabilidade é produtiva. O ponto em que o paciente se detém, hesita, julga irrelevante o que lhe ocorreu ou se cala é um indicador posicional: assinala a proximidade de material investido. Freud (1912b) recomenda ao analista contrapartida simétrica — a atenção uniformemente suspensa — para que essas descontinuidades não sejam filtradas também pelo ouvinte. A técnica consiste, de ambos os lados, em renunciar ao controle sobre o que merece atenção.

4.2 O sonho e o ato falho

A *interpretação dos sonhos* propõe que o sonho é realização disfarçada de desejo e descreve as operações que produzem o disfarce: condensação, deslocamento, consideração à figurabilidade e elaboração secundária (FREUD, 1900). O conteúdo manifesto — o que se recorda ao acordar — é produto final de um trabalho; o conteúdo latente é o que a interpretação busca reconstruir. O que importa reter, para a questão aqui tratada, é que o sonho não é lido como mensagem cifrada cuja chave o analista possuiria. É lido a partir das associações do próprio sonhador, o que faz da interpretação um procedimento conjunto e não uma decifração aplicada de fora.

Em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, Freud (1901) estende o mesmo princípio ao material mais banal: esquecimentos de nomes, trocas de palavras, extravios de objetos, erros de leitura. A demonstração tem alcance particular no contexto deste artigo, porque desloca o inconsciente do território da psicopatologia para o da vida comum. O lapso não é sintoma de doença; é evidência de que a determinação inconsciente opera continuamente, inclusive em quem nunca procurou tratamento. É nesse sentido que a psicanálise pode ser dita instrumento de autoconhecimento e não apenas de cura: seu objeto é o funcionamento psíquico como tal.

4.3 A elaboração como trabalho

Um equívoco recorrente na apropriação divulgativa da psicanálise consiste em supor que a tomada de consciência basta — que, uma vez nomeado o conflito, ele se dissolve. Freud desfez essa suposição em *Recordar, repetir e elaborar* (1914), ao distinguir a comunicação de uma interpretação de seu efeito. O paciente pode receber, compreender e até subscrever uma formulação exata a seu respeito sem que nada se altere. O que produz transformação é a elaboração — o trabalho repetido de reconhecer a mesma configuração em contextos sucessivos, até que ela perca a necessidade com que se impunha.

A elaboração explica por que o tempo da análise não é compressível. Não se trata de lentidão por insuficiência técnica, mas de propriedade do processo: o investimento que sustenta uma formação sintomática não cede pela via do argumento. Daí a distância entre o autoconhecimento analítico e o *insight* súbito da psicologia da aprendizagem. A psicanálise conhece momentos de reconfiguração abrupta, mas eles são efeito de um trabalho prévio, não substituto dele.

5 Resistência e transferência: o obstáculo como material

5.1 A resistência

A resistência designa o conjunto das operações pelas quais o próprio sujeito se opõe ao prosseguimento do tratamento que solicitou. A aparente contradição é constitutiva: o sofrimento que motiva a demanda é também, em alguma medida, uma solução — a melhor que o aparelho psíquico pôde produzir diante de um conflito insolúvel. Em *Inibições, sintomas e ansiedade*, Freud (1926) sistematiza as fontes dessa oposição, distinguindo as que provêm do eu, as que provêm do supereu e as que decorrem do investimento do próprio sintoma.

A reorientação técnica que daí resulta é decisiva. A resistência não é ruído a ser vencido antes que o trabalho co-

mece: é o trabalho. Quando um paciente se atrasa sistematicamente, esquece o que pretendia dizer ou desqualifica antecipadamente a sessão, mostra em ato aquilo que não pode enunciar. Interpretar a resistência antes do conteúdo é, por isso, regra técnica e não preferência de estilo.

5.2 A transferência e a contratransferência

Em 1912 Freud descreve a transferência como deslocamento, sobre a pessoa do analista, de disposições afetivas constituídas em relações anteriores. A afirmação forte do texto é que esses deslocamentos não devem ser eliminados: eles tornam presente na sala aquilo que o relato não alcança (FREUD, 1912a). O paciente não se limita a narrar como se relaciona — ele se relaciona, ali, com o analista, segundo os mesmos padrões que o fazem sofrer fora dali. A transferência converte a biografia em experiência atual e, com isso, em material observável por ambos.

É esse o ponto em que a análise se distingue com maior nitidez de qualquer prática autoadministrada de exame de si. Nenhuma autorreflexão, por mais honesta, produz o que a transferência produz, porque isso depende da presença de um outro que não responde conforme o esperado. A neutralidade do analista — que não é indiferença, mas abstenção de ocupar o lugar que lhe é atribuído — é a condição para que o padrão se torne legível em vez de apenas se repetir.

A contratransferência completa o quadro. As reações do analista ao paciente, inicialmente tratadas como interferência a ser eliminada pela análise pessoal, vieram a ser reconhecidas como fonte de informação sobre a relação em curso, sobretudo a partir dos desenvolvimentos kleinianos sobre identificação projetiva (KLEIN, 1991). O que o analista sente na presença de um paciente pode indicar o que esse paciente suscita habitualmente nos outros — e, portanto, o que organiza seus vínculos. O manejo dessas reações, e não sua ausência, é o que as torna utilizáveis.

DISPOSITIVO	OPERAÇÃO REQUERIDA	MATERIAL PRODUZIDO	SABER QUE TORNA ACESSÍVEL
Associação livre	Suspensão do juízo crítico sobre o próprio dizer	Encadeamentos não lógicos; hesitações e silêncios	Pontos de investimento que a fala organiza e contorna
Sonho e ato falho	Relato sem correção e associação sobre fragmentos	Conteúdo manifesto e cadeia associativa do sonhador	Desejos e conflitos excluídos do discurso consciente
Resistência	Interpretação da forma antes do conteúdo	Impasses, atrasos, esquecimentos, desqualificações	Função defensiva do sintoma e seu custo psíquico
Transferência	Abstenção do analista quanto ao lugar que lhe é atribuído	Repetição em ato do padrão relacional do paciente	Modos de vínculo não acessíveis pela via do relato
Elaboração	Retomada do mesmo conflito em contextos sucessivos	Reconhecimento progressivo de uma configuração	Caráter não necessário daquilo que se impunha

Tabela 1 — Dispositivos da clínica psicanalítica segundo a operação que exigem, o material que produzem e o tipo de saber sobre si que tornam acessível. A coluna final registra o alcance próprio de cada dispositivo, não a totalidade do que a análise pode produzir.

6 Os limites do autoconhecimento analítico

Nenhuma apresentação honesta da psicanálise como instrumento de autoconhecimento pode omitir as restrições que Freud formulou, com crescente severidade, ao longo da obra. Três merecem registro.

A primeira é a finitude do alcance. Em *Análise terminável e interminável*, Freud (1937) reconhece que o tratamento não esgota o conflito psíquico nem imuniza contra seu retorno, e enumera fatores que limitam estruturalmente seus efeitos: a intensidade constitucional das moções pulsionais e a alteração do eu produzida pelas defesas. O objetivo realista não é eliminar o conflito, mas ampliar a margem de manobra do sujeito diante dele.

A segunda é a natureza do produto. A introdução da pulsão de morte em *Além do princípio de prazer* (FREUD, 1920) acrescentou uma dimensão que resiste à inteligibilidade: há uma tendência à repetição que não se explica pela busca de satisfação e que o saber sobre si não dissolve. Conhecer-se, nesse registro, não é obter domínio; é deixar de atribuir a acidentes externos aquilo que se produz com regularidade.

A terceira diz respeito ao estatuto epistemológico do que se obtém. Em *Construções em análise*, também de 1937, Freud admite que a reconstrução do passado não se valida pela concordância do paciente — que pode ser efeito de sugestão — nem por sua recusa, e propõe como critério os efeitos indiretos da construção sobre o material subsequente. O autoconhecimento analítico não é, portanto, recuperação de uma verdade biográfica arquivada; é construção de uma narrativa que se sustenta por sua produtivi-

dade, não por sua correspondência com um original inacessível.

Essas restrições não enfraquecem a tese deste artigo; delimitam-na. Winnicott (1975) oferece formulação complementar ao situar o trabalho analítico num espaço potencial que não é nem puramente interno nem simplesmente externo — um espaço em que algo pode ser experimentado antes de ser sabido. O que a análise produz tem, assim, menos a forma de um inventário concluído do que a de uma capacidade: a de suportar a própria opacidade sem resolvê-la por explicações apressadas.

7 Considerações finais

O percurso realizado permite sustentar a tese inicial em termos mais precisos do que aqueles em que ela costuma ser enunciada. A psicanálise é, de fato, instrumento de autoconhecimento — mas de um autoconhecimento cuja definição ela própria reformula.

Três conclusões se destacam. A primeira é que esse conhecimento não é introspectivo. Ele não se obtém por atenção dirigida à consciência, e sim por leitura dos produtos do aparelho psíquico — sonhos, atos falhos, sintomas, repetições — cuja origem o eu desconhece. A consequência prática é que o percurso exige um dispositivo e um outro: não é empreendimento solitário, e nenhuma técnica autoadministrada o substitui.

A segunda é que os obstáculos são o material. Resistência e transferência, que a experiência apresenta primeiro como entraves, constituem as vias de acesso mais diretas ao que se quer conhecer, precisamente porque mostram em ato o que o relato não alcança. Uma análise sem resis-

tência não seria uma análise mais eficiente; seria indício de que nada de consequente está em jogo.

A terceira é que o produto é parcial e sem termo garantido. Reconhecê-lo não é concessão: é o que distingue a proposta psicanalítica das ofertas contemporâneas de autotransparência rápida, que prometem exatamente aquilo que a hipótese do inconsciente declara inatingível. O ganho do percurso analítico não é a posse de um saber completo sobre si, mas uma transformação na relação do sujeito com aquilo que nele não se deixa saber — e, com ela, a possibilidade de escolhas menos determinadas pela repetição.

Resta, como agenda, o exame das condições em que esse percurso se torna acessível. A psicanálise formulou seus dispositivos num enquadre de alta frequência e longa duração, cuja viabilidade material é hoje restrita. O que se conserva e o que se perde quando esses parâmetros se alteram é questão que não se resolve por princípio e pede investigação clínica sistemática.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- FREUD, A. *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.
- FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 109-119.
- FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 123-133.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-171.
- FREUD, S. A repressão (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-162.
- FREUD, S. O inconsciente (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.
- FREUD, S. *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1916-1917). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 15-16. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 17-85.
- FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 23-83.
- FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade (1926). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 95-201.
- FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 231-270.
- FREUD, S. Construções em análise (1937). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 275-290.
- KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946). In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

ARAUJO, H. P. A psicanálise como instrumento de autoconhecimento: dispositivos, obstáculos e limites. *Interapia* — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais, v. 2, n. 1, p. 19-25, 2024.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.